

Brasília-DF, 05 de agosto de 2025

Brasil gera mais de 166 mil empregos formais em junho e ultrapassa 1,2 milhão no semestre

Dados do Novo Caged mostram saldos positivos em todos os setores e 26 estados, com destaque para Serviços e São Paulo na liderança das contratações



Foto: Alexandre Silva / MTE

O Brasil criou 166.621 empregos com carteira assinada em junho, segundo dados do Novo Caged divulgados nesta segunda-feira (4) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. No mês, foram registradas 2.139.182 contratações e 1.972.561 demissões.

Em junho deste ano, todos os cinco principais setores da economia tiveram resultado positivo. O destaque foi para os Serviços, com 77.057 novas vagas (+0,33%), especialmente nas áreas de informação, comunicação, finanças, imobiliário, atividades profissionais e administrativas, que somaram 41.477 vagas no mês.

O Comércio criou 32.938 empregos (+0,31%), a Agropecuária 25.833 (+1,38%), a Indústria 20.105 (+0,22%) e a Construção 10.665 (+0,35%).

No mês, 26 dos 27 estados brasileiros registraram aumento no número de empregos formais. Os maiores saldos absolutos foram em São Paulo (+40.089 vagas), Minas Gerais (+24.228) e Rio de Janeiro (+15.363). Quando considerada a proporção de crescimento, os destaques foram Amapá (+1,29%), Mato Grosso (+0,96%) e Maranhão (+0,93%).

Do total de empregos criados, 75,8% foram vagas típicas (contratos formais tradicionais) e 24,2% vagas não típicas, como contratações por pessoas físicas equiparadas a empresas — CAEPF (+14.758) — e trabalhadores temporários (+11.643).

Nos últimos 12 meses, de julho de 2024 a junho de 2025, o Brasil criou 1.590.911 empregos com carteira

assinada. O número é um pouco menor que o registrado no período anterior (julho de 2023 a junho de 2024), quando foram gerados 1.735.145 postos.

Fonte: MTE

Após recesso, deputados retomam votações nesta semana

Sessão do Plenário está marcada para a tarde de terça-feira (5)



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Os deputados retomam as votações no Plenário nesta semana, após o recesso parlamentar. Para a sessão marcada para a terça-feira (5), às 13h55, estão na pauta o projeto que cria o Estatuto do Aprendiz (PL 6461/19); a proposta que trata do crime de assédio sexual no Código Penal Militar (PL 582/15); e a Medida Provisória 1296/25, com medidas para acelerar a concessão de benefícios no INSS.

Outros temas devem entrar em debate nas próximas semanas. Está pronto para votação no Plenário o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês a partir de 2026 (PL 1087/25). A proposta, segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), é prioridade neste segundo semestre.

Além da pauta tributária, Hugo Motta destacou que a Câmara seguirá discutindo temas como segurança pública, educação, inteligência artificial e renegociação de dívidas previdenciárias de estados e municípios.

Para um dos vice-líderes da oposição, deputado Capitão Alden (PL-BA), a prioridade é para o projeto que concede anistia aos participantes dos ataques do 8 de Janeiro de 2023.

“Um dos principais focos da oposição será o encaminhamento e a votação do projeto de lei que prevê a anistia, que busca corrigir graves injustiças cometidas contra cidadãos brasileiros que, em sua

**Brasília-DF, 05 de agosto de 2025**

maioria, apenas exerceram o direito constitucional de se manifestar”, afirmou.

Um dos vice-líderes do governo, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), entende que existem várias propostas importantes, além da isenção do Imposto de Renda. Ele citou algumas.

“O projeto de taxaço dos BBB – bilionários, bancos e Bets. Só em relação a Bets, passar de 12% para 18%. A questão do gás, de você isentar as pessoas de baixa renda do gás. Quer dizer, nós vamos beneficiar, só nisso, 17 milhões de pessoas”, disse.

O Plenário da Câmara também deve votar a regulamentação da licença paternidade conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Congresso

No Plenário do Congresso Nacional, os deputados devem analisar o veto do presidente Lula ao aumento do número de deputados federais de 513 para 531. Também deverá ser analisado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 (PLN 2/25) e, no final do ano, o Orçamento do ano que vem.

Fonte: Agência Câmara

Ato em Porto Alegre defende fim da escala 6x1 e jornada justa

Debate em Porto Alegre reúne Paim e Daiana Santos pelo fim da escala 6x1, jornada mais justa e isenção do IR para quem ganha até R\$5 mil



Nesta segunda-feira (04/08), Porto Alegre sediou um importante ato em defesa da redução da jornada de trabalho e do fim da exaustiva escala 6x1.

O evento, promovido pelo Fórum das Centrais Sindicais, ocorreu no Auditório da AIAMU, localizado na Rua dos Andradas, 1234, no Centro da capital gaúcha.

Presenças de peso fortalecem o debate

Com presença do senador Paulo Paim e da deputada federal Daiana Santos, o ato teve como objetivo central impulsionar a luta por mais dignidade e valorização.

Ambos parlamentares defendem mudanças estruturais que garantam mais tempo livre, saúde mental e qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Fim da escala 6x1 é pauta prioritária

O fim da escala 6x1, que obriga seis dias de trabalho para apenas um de descanso, foi uma das principais bandeiras do encontro em Porto Alegre.

De acordo com as lideranças das centrais sindicais, esse modelo prejudica o convívio familiar, aumenta o adoecimento e reduz a produtividade em diversos setores da economia.

Isenção do IR e plebiscito popular em destaque

Além da jornada, o ato reforçou a necessidade de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil e a participação no Plebiscito Popular.

A proposta visa aliviar a carga tributária dos assalariados e estimular o engajamento popular nas decisões que impactam diretamente a classe trabalhadora.

Unidade sindical marca presença no ato

Além do Fórum das Centrais Sindicais, participaram representantes de sindicatos de diversas categorias e movimentos sociais. “A mobilização é essencial para avançar nas conquistas”, afirmam as lideranças.

“Este ato simboliza a construção de um país mais justo, com trabalho decente e direitos respeitados para todos.”

Fonte: Rádio Peão Brasil

Datafolha: 71% veem Lula na disputa; Alckmin cresce como plano B

Pesquisa mostra que 54% preferiam que ele desistisse de concorrer à reeleição; vice ganha força como alternativa no campo governista. Para 30%, mesmo hoje inelegível, Bolsonaro concorrerá.



Alckmin ganhou força como negociador de tarifas com o governo dos EUA. Mateus Bonomi/AGIF/Folhapress

Pesquisa do Instituto Datafolha divulgada neste fim de semana mostrou que 71% dos brasileiros acreditam que o presidente Lula (PT) será candidato à reeleição



Brasília-DF, 05 de agosto de 2025

em 2026. O número vem subindo desde abril, quando era de 62%, e passou por 66% em junho. Por outro lado, apenas 23% acham que ele não disputará o pleito, o menor percentual até agora.

Apesar dessa certeza sobre a candidatura, mais da metade dos eleitores (54%) preferem que Lula desista da disputa. O apoio à reeleição ficou em 44%, o que mostra uma divisão significativa no eleitorado. Levantamentos do Datafolha publicados nesse sábado (2) mostram que o petista ampliou a vantagem na corrida eleitoral de 2026 em relação a candidatos da direita, embora o governo continue a enfrentar avaliação negativa.

Alckmin cresce como plano B

Se Lula decidir não disputar a eleição, o nome do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) vem ganhando força como substituto. O levantamento revelou que 26% dos entrevistados gostariam que ele fosse o candidato apoiado por Lula, uma alta de oito pontos em relação à pesquisa anterior. Com isso, Alckmin encostou no ministro Fernando Haddad (PT), que caiu de 37% para 29%.

Alckmin ganhou visibilidade ao liderar negociações com os Estados Unidos após a imposição de tarifas pelo governo Donald Trump. Mesmo sem conseguir reverter totalmente a medida, sua atuação foi bem avaliada por interlocutores e pela mídia.

Enquanto Alckmin sobe, Haddad sofre com críticas e pressões no Congresso, especialmente após o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Outros nomes dentro do governo aparecem com menor apoio: Simone Tebet (MDB) tem 13%, Rui Costa (PT) tem 5% e Gleisi Hoffmann (PT) aparece com 3% das menções como possíveis sucessores.

Bolsonaro inegável, mas grupo segue ativo

Do lado oposto, 30% dos eleitores acreditam que Jair Bolsonaro (PL) será candidato, mesmo estando inegável até 2030 por decisão da Justiça Eleitoral. A maioria (67%), no entanto, acha que ele deveria abrir espaço para outro nome.

Entre os possíveis herdeiros do bolsonarismo, Michelle Bolsonaro lidera com 23%, seguida por Tarcísio de Freitas com 21%. Outros nomes lembrados são Eduardo Bolsonaro (11%), Ratinho Jr. (10%), Flávio Bolsonaro (9%), Ronaldo Caiado (6%) e Romeu Zema (5%).

A pesquisa foi realizada nos dias 29 e 30 de julho, ouvindo 2.004 pessoas em 130 cidades.

Fonte: Congresso em Foco

REDE PELA SOBERANIA lança Manifesto

PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL: IMPÉRIO E REPÚBLICA



Lançado (1º/8) em Brasília o movimento REDE PELA SOBERANIA. Integrado por diversas entidades, incluindo as sindicais, e subscrito por brasileiros de diversas áreas profissionais, o Manifesto foi entregue, por uma Comissão do REDE, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, na tarde desta sexta.

Basicamente, as linhas mestras do Manifesto condenam o tarifaço – de 50% – de Donald Trump aos produtos de exportação do Brasil para os Estados Unidos, defendem a soberania nacional e se solidarizam com o Judiciário nacional, que entrou na alça de mira do presidente norte-americano.

Diz a abertura do Manifesto: “A Nação é alvo de sanções externas inaceitáveis, que incluem a imposição de tarifas comerciais com o objetivo explícito de forçar a extinção de um processo judicial que diz respeito única e exclusivamente ao povo e às instituições constitucionais do Estado brasileiro”.

E segue: “Rechaçamos veementemente essas pressões, sem precedentes no Direito Internacional e nas relações bilaterais com os Estados Unidos, e reafirmamos nosso apoio aos esforços diplomáticos do Estado brasileiro para restabelecer o diálogo entre as duas nações. Expressamos também nosso respaldo ao Supremo Tribunal Federal e à sua missão constitucional de punir, com base no devido processo legal, aos responsáveis pelos atos antidemocráticos que quase conduziram o país de volta aos tempos sombrios da ditadura”.

Reivindicações – O Manifesto reivindica a normalização das relações entre os dois países e cobra a retirada do tarifaço: “Revogação imediata das tarifas punitivas de 50% sobre o comércio brasileiro, ou de qualquer outro tipo de retaliação que careça de base legal e racionalidade econômica”.

O documento entregue ao presidente do Supremo (e já difundido na mídia e redes sociais), cobra “respeito

**Brasília-DF, 05 de agosto de 2025**

à independência das instituições democráticas brasileiras, em especial ao Poder Judiciário” e repudia “a retaliação do governo dos EUA ao aplicar a Lei Magnitsky ao Ministro Alexandre de Moraes e ao revogar vistos diplomáticos de magistrados brasileiros, como forma de intimidação”.

Chantagem – Sem citar nominalmente a família Bolsonaro, o Manifesto reivindica “a responsabilização, dentro da legalidade, daqueles que, ao adotar a chantagem como método político e judicial, traem a Nação, comprometendo receitas, empregos, qualidade de vida dos brasileiros e, sobretudo, a democracia e a independência por nós conquistada há mais de dois séculos – Sem soberania, não há democracia!”.

Mais – [Assine o Manifesto](#).

Fonte: Agência Sindical

Aviso-prévio indenizado integra cálculo da Participação nos Lucros e Resultados

TST reafirmou sua jurisprudência sobre o tema em recurso repetitivo



O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reafirmou a jurisprudência que determina que o período correspondente ao aviso-prévio indenizado deve ser considerado para o cálculo proporcional da participação nos lucros e resultados (PLR). A decisão foi tomada por unanimidade pelo Tribunal Pleno sob a sistemática dos recursos repetitivos, e a tese firmada deverá ser aplicada aos demais casos sobre o mesmo tema.

O aviso-prévio indenizado é o período em que o empregado está dispensado de trabalhar mas recebe salário. A questão tratada no recurso era se esse intervalo deve ser computado para cálculo proporcional da PLR. Embora pacificada no TST, a dúvida gerava divergências entre os Tribunais Regionais do Trabalho.

No caso, o TRT da 2ª Região havia excluído o aviso-

prévio indenizado no cálculo proporcional da PLR de um empregado do Itaú Unibanco S.A. O argumento era de que, nesse período, o empregado não havia prestado serviços efetivamente geradores de lucro para o empregador.

Contudo, o entendimento consolidado do TST é de que, conforme o artigo 487, parágrafo 1º, da CLT, o aviso-prévio, mesmo quando indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais. No mesmo sentido, a Orientação Jurisprudencial (OJ) 82 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) estabelece que a data de saída anotada na carteira de trabalho deve corresponder ao término do aviso-prévio, ainda que indenizado.

O relator, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente do TST, ressaltou que o Tribunal tem diversos precedentes nesse sentido e propôs a fixação de tese jurídica para reafirmar essa jurisprudência. Segundo ele, o entendimento sedimentado em mais de seis mil decisões sobre o tema não tem sido suficiente para uniformizar o tema nos TRTs, gerando grande número de recursos. “A utilização da sistemática de demandas repetitivas tem por finalidade aumentar a segurança jurídica, pois consolida a jurisprudência e reduz, conseqüentemente, a litigiosidade nas Cortes superiores”, concluiu.

Processo: RRAg 1001692-58.2023.5.02.0057

Fonte: TST

Agos tolilais

Mês de conscientização no combate à violência contra a mulher

19 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA Nº 11.340/2006

O Combate à VIOLÊNCIA é feito por todos nós!

**NÃO SE CALEI
DENUNCIE/ LIGUE 180**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI